

Bankia, S.A.
Sede social: Pintor Sorolla, 8 - 46002 - Valência - Espanha
Sucursal em Portugal: Bankia, S.A. Sucursal em Portugal
Rua Rodrigo da Fonseca, nº 6/8 1250-191 LISBOA
NIF 980455421

Relatório de Gestão do Bankia, S.A. e subsidiárias que compõem o Grupo Bankia correspondente ao exercício de 2011

Criação do Grupo Bankia

Bankia S.A. é uma instituição financeira constituída sob o nome de Altae Banco, S.A., que adoptou a sua designação actual (Bankia, S.A.) em 2011 após a fusão de sete caixas económicas que moldaram o escopo actual do Grupo.

A 30 de Julho de 2010 a Caja Madrid (até então accionista maioritária do Altae Banco, SA), o Bancaja, a Caja Insular de Canarias, a Caja de Ávila, a Caixa Laietana, a Caja Segovia e a Caja Rioja (colectivamente designados por "as Cajas"), assinaram um Acordo de Integração para a constituição de um Grupo Contratual configurado como um Sistema de Institucional de Protecção (IPS). A 03 de Dezembro de 2010 foi criada a Sociedade Central del SIP sob o nome de Banco Financiero y de Ahorros, S.A. (BFA), tornando-se a empresa-mãe do referido SIP e matriz do Grupo BFA ao qual se juntaram as Cajas e as restantes respectivas subsidiárias. Além disso, a Assembleia-geral de Accionistas do BFA aprovou a emissão de acções preferenciais convertíveis no valor de 4.465 milhões de euros, que foram integralmente subscritas pelo Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (FROB).

Por aditamento ao Contrato de Integração assinado a 28 de Janeiro de 2011, as Cajas e o BFA concordaram em transferir todos os activos e passivos da banca de retalho das Cajas para o BFA, de modo que entre 14 a 17 de Fevereiro os Conselhos de Administração das Cajas e do BFA aprovaram os projectos de alienação dos activos e passivos bancários e para bancários das Cajas para sua integração no BFA ("Primeira Alienação"). Posteriormente, a 05 de Abril de 2011, o Conselho de Administração e a Junta General Universal do BFA aprovaram um segundo projecto de alienação ("Segunda Alienação") para a contribuição do BFA à sua subsidiária Bankia, S.A. (anteriormente designada de Altae Bank, S.A.) dos negócios bancários e financeiros recebidos das Cajas no âmbito das alienações referidas anteriormente.

Esta segunda alienação foi aprovada a 06 de Abril de 2011 pelo Conselho de Administração e pela Junta Universal de Bankia, empresa do Grupo BFA. Era uma alienação parcial no âmbito da qual o BFA transmitiu ao Bankia todo o negócio bancário, as participações associadas aos negócios financeiros e os restantes activos e passivos que o BFA tinha recebido das Cajas, excluindo alguns activos e passivos que continuarão a ser propriedade do BFA e, entre os quais se destacam: em termos de activo, terrenos entregues, financiamento de terrenos em situação duvidosa e inferior, alguns investimentos de capital, o dinheiro necessário para fazer face às suas obrigações de pagamento, uma carteira de instrumentos de dívida pública espanhola e a participação no Bankia, e em termos de passivos, as acções preferenciais emitidas pelo BFA e subscritas pelo FROB e determinados instrumentos financeiros.

Consequentemente, desde 1 de Janeiro de 2011 o Bankia, S.A. é uma entidade pertencente ao Grupo BFA e, por sua vez, é a entidade líder de um grupo económico (Grupo Bankia) que, a 31 de Dezembro de 2011, tem um grupo consolidado composto por 385 empresas entre subsidiárias, entidades associadas e controladas em conjunto.

Cotação em Bolsa do Grupo Bankia

A 28 de Junho de 2011, a Assembleia-geral de Accionistas e o Conselho de Administração do BFA e, posteriormente, a Assembleia-geral de Accionistas e o Conselho de Administração do Bankia, adoptaram os acordos necessários para a obter a cotação em Bolsa do Bankia mediante a realização de uma Oferta Pública de Subscrição e Admissão à Negociação das Acções do Bankia. A admissão em Bolsa ficou concluída a 20 de Julho de 2011 com a admissão à cotação das novas acções oferecidas. O Bankia emitiu 824.572.253 novas acções com um valor nominal de €2 cada e um prémio de 1,75 euros por acção, o que representa um aumento de capital de 1.649 milhões de euros, com um prémio de 1.443.000. Após o aumento, o capital social do Bankia passou a ser de 3.465 milhões de euros, representado por 1.732.572.253 de acções integralmente subscritas e pagas, sendo 47,6% do capital do Bankia no final de 2011 detido por accionistas minoritários, e pertencendo o restante do seu capital social ao BFA.

Evolução do desempenho da empresa no ano de 2011

A integração dos negócios trazidos pelas sete caixas económicas que moldaram o Grupo Bankia foi feita progressivamente através de várias transacções empresariais e financeiras realizadas durante o primeiro semestre de 2011. Algumas destas operações (as alienações) foram realizadas e tiveram efeito contabilístico a 01 de Janeiro de 2011 sendo, por isso, incorporadas no saldo inicial nessa data. No entanto, ficaram ainda por formalizar algumas operações relacionadas com a melhoria do perímetro definido na reorganização empresarial prevista entre o Bankia e o BFA, cujos efeitos, portanto, não foram incluídos no saldo inicial de 01 de Janeiro de 2011; entre estas está a adaptação à nova estrutura das condições financeiras das operações internas entre o BFA e o Bankia, e uma série de operações formalizadas, na sua maioria em Junho, entre as quais se destacam:

1. A venda ao BFA de algumas participações sociais indirectas (Mapfre S.A., Mapfre América, Indra Sistemas e CM Invest 1702 Corporación Internacional E.T.V.E., S.L., e a compra ao BFA de algumas participações sociais, nomeadamente os 48,64% que o BFA detinha da Corporación Financiera Caja Madrid, S.A.
2. A aquisição por parte do Bankia de 48,97% do Banco de Servicios Financieros Caja Madrid-Mapfre, S.A. (BSF), elevando a participação do Bankia para os 100%.
3. A alienação da CISA, Cartera de Inmuebles, S.L.U., no âmbito da qual o Bancaja Habitat, S.L.U., subsidiária do Grupo Bankia, recebeu uma parte do seu património, em particular, determinados activos e passivos associados a imóveis construídos ou em construção e concessões administrativas.

O balanço consolidado apresentado em Dezembro de 2011 já reflecte o escopo de negócios final previsto para o Grupo Bankia. Para facilitar a comparação da posição financeira do Grupo em relação ao ano anterior, foi desenvolvido um balanço consolidado pró-forma em 31 de

Dezembro de 2010 que foi objecto de um relatório especial de auditores e no qual foram incluídas todas as operações financeiras e empresariais ligadas ao aperfeiçoamento do perímetro previsto para o Bankia como se estas tivessem ocorrido a 31 de Dezembro de 2010, sendo o efeito das mesmas reflectido tanto no activo como no passivo.

Quanto à demonstração de resultados, com o objectivo de mostrar uma imagem representativa e homogénea do que teria sido a evolução do Grupo Bankia no seu escopo de negócio final em relação ao ano anterior, é apresentada uma demonstração dos resultados consolidados pró-forma para 2010, que foi objecto de um relatório especial de auditores e que foi preparada como se as operações financeiras e empresariais que dão origem ao perímetro previsto da Bankia tivessem sido realizadas na sua totalidade, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010. Assim, foi elaborada uma demonstração de resultados pró-forma não auditada para 2011, que inclui os efeitos da incorporação dessas operações, como se já tivessem tido lugar na sua totalidade a 1 de Janeiro de 2011.

Conta consolidada de perdas e ganhos do Grupo Bankia

(em milhões de euros)	2011	Ajustes pró-forma	2011 pró-forma
Receita de juros	2.637	105	2.742
Rendimento de instrumentos de capital	32	-	32
Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação	86	(88)	(2)
Comissões líquidas	1.061	-	1.061
Resultados de operações financeiras	361	5	366
Diferenças cambiais (líquido)	24	-	24
Outros produtos e encargos de exploração	(101)	-	(101)
Margem bruta	4.099	22	4.121
Despesas com a administração	(2.142)	(14)	(2.156)
Amortização	(298)	(1)	(299)
Dotações de provisões (líquido)	(153)	-	(153)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	(3.373)	3	(3.370)
Resultado da actividade de exploração	(1.867)	10	(1.857)
Perdas por deterioração de activos não financeiros (líquido)	(865)	-	(865)
Outros ganhos e perdas	(1.574)	(17)	(1.591)
Resultado antes de impostos	(4.307)	(7)	(4.314)
Imposto sobre rendimentos	1.330	(26)	1.304
Resultado do ano proveniente de operações continuadas	(2.977)	(33)	(3.010)
Resultado de operações interrompidas	-	-	-
Resultado consolidado do ano	(2.977)	(33)	(3.010)
Resultado atribuído a interesses minoritários	2	(37)	(35)
Resultado atribuído à sociedade dominante	(2.979)	4	(2.975)

Evolução dos principais valores do negócio no ano de 2011

A actividade foi desenvolvida num ambiente económico desfavorável, com fortes pressões dos mercados e um enfraquecimento gradual da economia espanhola, a que se juntou o esforço de provisionamento realizado pela entidade e a implementação das medidas necessárias para completar a integração. Os aspectos fundamentais da evolução financeira do Grupo em 2011 foram os seguintes:

- **Capacidade para obter lucros operacionais**, uma tendência que se manteve nos quatro trimestres do ano e que no ano de 2011 se traduziu, em termos pró-forma, numa receita de juros de 2.742 milhões de euros e uma margem bruta de 4,121 milhões.
- **Declínio significativo nas despesas de exploração**, que é resultado da redução de custos e sinergias derivadas do plano de integração das cajas.
- **Redução do gap comercial e melhoria da estrutura de financiamento**. No final de 2011, o rácio do crédito a clientes sobre depósitos de clientes (incluindo as emissões de livranças para o sector retalhista) foi de 117%, 19 p.p. menos do que em 2010. Os depósitos de clientes representaram 74% da estrutura de financiamento em comparação com 70% em 2010.
- **Esforço intenso em provisionamento**, com um volume total de dotações de 6.048 milhões em termos de pró-forma no ano encerrado a 31 de Dezembro de 2011.

Evolução dos principais valores do balanço

Balanço consolidado do Grupo Bankia

(em milhões de euros)

	31/12/2011	31/12/2010 pró-forma	Variação	
			Absoluta	%
Caixa e depósitos em bancos centrais	6.280	6.521	(241)	(3,7%)
Carteira de negociação	29.083	17.591	11.492	65,3%
Activos financeiros disponíveis para a venda	25.269	13.860	11.409	82,3%
Investimentos de crédito	207.791	222.970	(15.179)	(6,8%)
Depósitos em entidades de crédito	18.190	17.439	751	4,3%
Crédito a clientes	184.094	196.283	(12.189)	(6,2%)
Restante	5.507	9.248	(3.741)	(40,5%)
Carteira de investimentos com vencimento	10.894	9.087	1.807	19,9%
Derivados de cobertura	5.266	3.618	1.648	45,6%
Activos não correntes em venda	3.898	1.851	2.047	110,6%
Participações	2.349	2.581	(232)	(9,0%)
Activos materiais e intangíveis	3.572	4.668	(1.096)	(23,5%)
Outros activos, Periodizações e Activos fiscais	8.445	9.441	(996)	(10,6%)
Total do activo	302.846	292.188	10.658	3,6%
Carteira de negociação	26.879	15.084	11.795	78,2%
Passivos financeiros com custos amortizados	257.951	258.397	(446)	(0,2%)
Depósitos de bancos centrais	22.432	20.277	2.155	10,6%
Depósitos de entidades de crédito	22.522	29.219	(6.697)	(22,9%)
Depósitos de clientes	155.338	144.715	10.623	7,3%
Débitos representados por valores negociáveis	55.714	62.104	(6.390)	(10,3%)
Passivos subordinados	326	301	25	8,2%
Outros passivos financeiros	1.619	1.781	(162)	(9,1%)
Derivados de cobertura	2.025	651	1.374	211,1%
Passivos por contratos de seguros	356	358	(2)	(0,6%)
Provisões	1.284	2.310	(1.026)	(44,4%)
Outros passivos, Periodizações e Passivos fiscais	1.858	1.975	(117)	(5,9%)
Total do passivo	290.353	278.775	11.578	4,2%
Fundos próprios	13.068	13.260	(192)	(1,4%)
Ajustes por valorização	(703)	-	(703)	-

Interesses minoritários	128	153	(25)	(16,2%)
Total do património líquido	12.493	13.413	(920)	(6,9%)
Total do património líquido e passivo	302.846	292.188	10.658	3,6%

No final de 2011 os activos totais do Grupo Bankia ascendiam a 302.846 milhões de euros, 3,6% mais do que em Dezembro de 2010, em termos pró-forma. Por seu lado, o volume de negócios bancário situou-se nos 415.500 milhões de euros.

O crédito a clientes situou-se nos 192.855 milhões de euros em termos brutos, em comparação com 203,465 milhões no final de 2010, o que representa um decréscimo de 5,2%. Por sectores, e sem ter em conta os activos duvidosos, o crédito ao sector privado residente diminuiu 9%, para 158.376 milhões (excluindo as aquisições temporais). Esta queda foi mais acentuada no crédito imobiliário. A quota de mercado do Grupo no crédito ao sector privado residente situou-se nos 10,96% (Dezembro 2011), nível que se manteve estável durante o ano. Os activos duvidosos incluídos nos empréstimos a clientes aumentaram 30,8% para 14.921 milhões de euros. A taxa de incumprimento total do Grupo Bankia no final de 2011 foi de 7,63%, situando-se o rácio de cobertura nos 60,18%.

Relativamente ao passivo, os recursos geridos de clientes em balanço (soma dos depósitos de clientes, dos títulos de dívida negociáveis e dos passivos subordinados) totalizaram 211.378 milhões de euros, 2,1% mais do que o saldo registado no final de 2010. Esta evolução deve-se principalmente aos depósitos dos não residentes, que aumentaram 18,015 milhões devido a mudanças operacionais na transacção de acordos de recompra, que aumentou a actividade com plataformas de negociação e entidades de contrapartida europeias.

Os depósitos do sector privado residente (incluindo correcções de valor) diminuíram 7.593 milhões de euros, para 123.922 milhões. Esta evolução está associada, entre outras coisas, ao reinvestimento de parte dos depósitos em acções da empresa após a cotação em Bolsa, bem como à transferência de fundos para livranças para o sector de retalhistas, cujo saldo vivo desembolsado até ao final de 2011 ascendia a 1.947 milhões. Incluindo as livranças para o sector de retalhistas, e excluindo os acordos de recompra e as obrigações e títulos singulares, os depósitos de cliente em termos estritos totalizaram 113.050 milhões de euros, 1.877 milhões a menos do que em 2010, em termos pró-forma. A evolução dos depósitos do sector privado residente foi mais favorável do que a média do sector, tendo o Grupo Bankia aumentado a sua quota de mercado em 48 pontos base desde Dezembro de 2010, atingindo 10,68% (em Dezembro de 2011).

Evolução da demonstração de resultados

Num ambiente económico adverso, a gestão das margens e a rentabilidade das operações, a racionalização dos custos e o esforço intenso em provisões, foram os factores mais importantes em termos de ganhos de desempenho em 2011. As secções seguintes abordam as rubricas mais significativas da demonstração de resultados pró-forma do Grupo.

A receita de juros ascendeu a um total de 2.742 milhões de euros, provenientes fundamentalmente da concessão de empréstimos ao sector privado residente. O declínio de 475

milhões em relação ao ano fiscal de 2010 reflecte o impacto da actividade mais fraca no negócio e o aumento dos custos de financiamento. No entanto, ressalta-se a tendência positiva na receita líquida de juros durante o ano, particularmente no segundo semestre.

As comissões totais líquidas representaram um ganho de 1.061 milhões de euros, 155 milhões menos do que em 2010, em termos pró-forma.

Os resultados de operações financeiras e diferenças cambiais totalizaram 390 milhões de euros. A complexa situação dos mercados financeiros em 2011, marcada pela actividade mais fraca no negócio e a alta volatilidade, especialmente na segunda metade do ano, tiveram um impacto especial nesta rubrica levando à redução quer das receitas recorrentes geradas pelas transacções com os clientes quer das receitas obtidas pela gestão de carteiras.

Em 2011, as outras receitas e encargos de exploração recolhem, entre outras, as maiores contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos decorrentes do novo regulamento, bem como despesas associadas aos activos entregues. O saldo registado em 2011 é negativo quando comparado com o de 2010 devido à inclusão neste de receitas não recorrentes associadas à comercialização de seguros e imóveis de algumas subsidiárias do Grupo.

No total, a margem bruta pró-forma situou-se em 4.121 milhões de euros em 2011, mantendo um desempenho estável nos quatro trimestres do ano, apesar da crescente estagnação da actividade e da difícil conjuntura económica e financeira.

As despesas administrativas, incluindo o pessoal e outros custos gerais, totalizaram 2.156 milhões de euros em termos pró-forma, 421 milhões menos do que em 2010. Dentro das despesas administrativas está incluída uma libertação de reservas de 153 milhões em custos com pessoal adicionais associados a um incentivo plurianual que não foi alcançado, bem como outros custos de integração não recorrentes relacionados com a entrada em bolsa e formação do novo grupo. Excluindo estas receitas e as despesas não recorrentes, as despesas administrativas teriam diminuído 253 milhões de euros. O Plano de Integração das entidades que compõem o Bankia progrediu muito satisfatoriamente, de modo que as economias com custos de pessoal e outras sinergias derivadas do processo de reestruturação tiveram um efeito significativo na demonstração de resultados de 2011. A 31 de Dezembro 817 escritórios tinham sido encerrados, superando amplamente o objectivo fixado que era de 657 encerramentos totais para o ano. Por seu lado, a força de trabalho foi reduzida em cerca de 3.800 pessoas, representando um cumprimento de 102% sobre o total previsto no plano para o ano.

Em 2011, o Grupo fez um esforço intenso em dotações. O nível de dotações líquidas total, incluindo as dotações para provisões para deterioração de activos financeiros, não financeiros, activos concedidos (incluídas ao abrigo da rubrica de Outros Ganhos e Perdas) e outras dotações líquidas para provisões totalizaram 6.048 milhões de euros em termos pró-forma.

Devido ao alto nível de dotação de provisões, o Grupo registou um resultado negativo antes de impostos de 4.314 milhões de euros em termos pró-forma, em comparação com um lucro de 359 milhões no ano anterior. Depois de contabilizados o imposto sobre as sociedades e o resultado

correspondente a participações minoritárias, o resultado negativo imputável ao Grupo Bankia ascendeu a um total de 2.975 milhões de euros em termos pró-forma.

Património do Grupo

Um dos objectivos prioritários do Bankia é melhorar a qualidade e quantidade da sua base de capitais favorecendo a configuração de uma estrutura de capitais próprios que proporcione uma maior capacidade para absorção das perdas e cobertura dos riscos. Para este fim, contribuíram a OPS de Acções, com uma receita de quase 3.100 milhões de euros para o património do Grupo e o aumento do capital em 30 Março de 2012 no montante de 866 milhões, para satisfazer a Oferta de Recompra de acções preferenciais e de dívida subordinada levada a cabo pelo Banco Financiero y de Ahorros, S.A., matriz do Bankia, S.A.

No final de 2011, os recursos próprios do base "core" do Grupo Bankia atingiram os 12.936 milhões de euros. O rácio de core capital e o rácio de capital próprio atingiram 8,3%, permitindo cumprir os níveis de solvência exigidos pelo Ministério da Economia e Finanças através do RD-Lei 2/2011 de 18 de Fevereiro para o fortalecimento do sistema financeiro espanhol, que obriga a que o Bankia detenha capitais próprios de 8%.

A 4 de Fevereiro foi publicado o RD-Lei 2/2012 de 3 de Fevereiro, de consolidação do sector financeiro, que prevê, entre outras medidas, uma nova exigência de capitais próprios sobre o mínimo exigido até à data pelo RD-Lei 2/2011 de 18 de Fevereiro, que deve ser alcançado antes de 31 de Dezembro de 2012 e que, no caso do Grupo Bankia, se traduz na criação de uma almofada de capitais próprios de 1,925 milhões de euros.

Por outro lado, em 2011, a Autoridade Bancária Europeia (EBA - European Banking Authority) tornou públicas novas exigências de capitais mínimos a manter de forma provisional num nível consolidado pelas entidades consideradas como "sistémicas", entre as quais está o BFA, matriz do Bankia. Estas exigências são estabelecidas para atingir um rácio de Core-Tier I de 9%, nos termos em que este conceito foi definido pela EBA. A 08 de Dezembro de 2011, a EBA comunicou que as necessidades adicionais de capital para o Grupo BFA ascendiam a 1.329 milhões de euros, que se dividem em 763 milhões para alcançar o Core-Tier I de 9% e 566 milhões para a necessária almofada exigida temporariamente para cobrir o risco soberano. A pedido da EBA, a 20 de Janeiro de 2012, o Grupo BFA apresentou o seu Plano de Capitalização ao Banco de España depois de aprovado pelo Conselho de Administração do BFA. No referido plano estavam reflectidas as medidas de capital previstas para cobrir as necessidades de capital identificadas. Por fim, se alguma das medidas iniciais não pudesse ser levada a cabo antes de 30 de Junho de 2012, as necessidades de capital ficariam cobertas pela estrutura de apoios públicos que o Grupo recebesse.

Feitos relevantes posteriores ao fecho do exercício de 2011

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2011 e a data de elaboração das demonstrações financeiras é de destacar as seguintes ocorrências subsequentes:

- A 04 de Fevereiro de 2012 foi publicado o RD-Lei 2/2012 de saneamento do sector financeiro, que estabelece novas exigências para provisões e capital adicional para cobrir as posições detidas pelas instituições financeiras relativamente ao financiamento do crédito promotor e os activos recebidos a título de pagamento de dívidas. O cumprimento destas medidas deve ser realizado até 31 de Dezembro de 2012.

O RD-Lei 2/2012 exige que o Grupo Bankia detenha determinadas necessidades brutas de provisões e requisitos de capital de 7.222 milhões de euros: 5.297 milhões em provisões brutas e uma almofada adicional de capital de 1.925 milhões. Em 2011, o Grupo Bankia já antecipou o saneamento de 1.139 milhões de euros. Isto significa que as exigências pendentes para 2012 ascendem a 6.082 milhões de euros, dos quais 4.157 milhões correspondem a novas provisões e 1.925 milhões à almofada de capital adicional.

- A 10 de Fevereiro de 2012, o Conselho de Administração do Bankia, S.A. concordou em realizar um aumento de capital em dinheiro excluindo o direito de subscrição preferencial, através da emissão de um máximo de 454.000 de acções ordinárias do Bankia, S.A. Este aumento de capital faz parte da Oferta de Recompra de acções preferenciais e dívida subordinada realizada pelo BFA, matriz do Bankia, S.A., de tal modo que os detentores desses títulos que aceitaram a Oferta de Recompra comprometem-se a subscrever acções ordinárias do Bankia. Os montantes de recompra totais ascenderam a 1.155 milhões de euros de valor nominal, com um pagamento inicial de 866 milhões a pagar a 30 de Março de 2012 e que corresponde a 75% do valor de recompra.
- A 16 de Março de 2012 o Bankia publicou no CNMV um convite à apresentação de ofertas de venda, dirigido a todos os detentores de obrigações de titularização emitidas por alguns veículos do Grupo. A 27 de Março de 2012 o Bankia comunicou a aceitação da compra de títulos com um valor nominal total de 1.373 milhões de euros.

▪ **Feitos posteriores ocorridos depois de 28 de Março de 2012**

A 18 de Maio de 2012 foi publicado o RD-Lei 18/2012 de 11 de Maio, sobre saneamento e venda de activos imobiliários do sector financeiro, que estabelece requisitos de cobertura adicionais aos estabelecidos no RD-Lei 2/2012, por deterioração dos financiamentos vinculados à actividade imobiliária classificadas de situação "normal".

Após a aplicação do RD-Lei 18/2012, e antes dos efeitos das alterações descritas a seguir, a estimativa inicial do Grupo Bankia, tornada pública através do correspondente acto relevante, previa a exigência de mais 4.722 milhões de euros para a cobertura do risco normal a 31 de Dezembro de 2011, adicionais às necessidades de dotações a realizar, inicialmente estimadas devido à aplicação do RD-Lei 2/2012.

À data de elaboração das demonstrações financeiras, está pendente a apresentação ao Banco de España do plano de conformidade do Bankia e do Grupo Bankia exigido pelo RD-Lei 18/2012, que, em geral, deve ser apresentado antes de 11 de Junho.

Neste sentido, indicar que a 17 de Abril de 2012 a Comissão Executiva do Banco de España aprovou o Plano apresentado pelos Grupos BFA e Bankia para o cumprimento do RD-Lei 2/2012, embora para este fim, o Banco da España tenha indicado a necessidade de cumprir

determinadas condições adicionais contempladas no Plano de ambos os Grupos, para o qual exigiu aos seus administradores que elaborassem um "plano de acções complementares", que deveria incluir as medidas a serem tomadas para a sua implementação e que deveria ser apresentado ao Banco de España até 31 de Maio.

A 25 de Abril foram publicados os resultados da análise quinquenal sobre o sector financeiro levada a cabo pelo Fundo Monetário Internacional. Nas recomendações deste relatório era exigido que, a fim de preservar a estabilidade financeira, certas entidades identificadas como "vulneráveis" adoptassem medidas rápidas e decisivas para fortalecer os seus balanços e melhorar a sua governação.

Neste sentido, face à conjuntura económica e normativa, o contexto previsto de evolução do mercado, as circunstâncias decorrentes e as recomendações e disposições dos diversos organismos oficiais, procedeu-se a uma análise da razoabilidade das estimativas sobre a base da informação disponível e da valorização e riscos associados aos activos e passivos da entidade existente em 31 de Dezembro de 2011. Os Administradores do Bankia consideraram que, dada a relevância da informação anterior, devido aos acontecimentos e à informação ocorridos, foi necessário preparar novas demonstrações financeiras que incluíssem os referidos factos e alterações.

As alterações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas em relação aos saldos reflectidos nas demonstrações financeiras de 2011 formuladas originalmente a 28 de Março de 2012 afectam vários itens do balanço, bem como as perdas por deterioração na demonstração de resultados.

O efeito do descrito acima obrigou a uma alteração do resultado consolidado do ano e das diferentes margens mostradas na conta de perdas e ganhos consolidada, a demonstração de receitas e despesas reconhecidas consolidada, a declaração total de alterações ao capital próprio líquido consolidado e a demonstração de fluxo de caixa consolidado do exercício de 2011, assim como os números de requisitos de capitais próprios, capitais próprios a ter em conta e rácios de solvabilidade e de capitais próprios de base do Grupo Bankia.

O efeito das dotações para as perdas por deterioração acima mencionadas e da consideração de algumas carteiras de activos como sub standard assumiram que as necessidades de dotações para perdas por deterioração a realizar em 2012 devido às exigências do RD-Lei 2/2012 e do RD-Lei 18/2012 adicionais relativamente às dotações existentes a 31 de Dezembro de 2011 passassem a ser de 4.157 e 1.452 milhões de euros, respectivamente, após dedução do saldo da provisão para insolvências não atribuída de forma específica contabilizada a 31 de Dezembro de 2011. Por seu lado, o requisito adicional de capitais próprios de base a constituir pelo Grupo Bankia de acordo com os requisitos do RD-Lei 2/2012 estima-se em 1.925 milhões de euros, sendo, por conseguinte, alteradas as estimativas iniciais feitas pela Entidade.

Por outro lado, o principal accionista do Bankia é o BFA, que à data da preparação das demonstrações financeiras, detém uma participação, considerando o efeito da carteira própria do Bankia e do aumento de capital realizado no primeiro trimestre de 2012 acima mencionado, de 48% do seu capital social. O Conselho de Administração do BFA acordou por unanimidade na sua reunião realizada a 09 de Maio de 2012 dirigir-se ao FROB, através do Banco de España, solicitando a aplicação do processo de conversão com o objectivo de que os 4.465

milhões de euros emitidos em Acções preferenciais convertíveis pelo BFA e subscritas pelo FROB, sejam convertidas em acções do BFA, a serem emitidas nos termos da deliberação de aumento de capital para atender à referida conversão.

Na sequência deste pedido, a Comissão de Administração do FROB concordou, na sua reunião realizada a 14 de Maio de 2012, em aceitar este pedido, tendo sido iniciado o processo para fixação do preço a que será executada a conversão.

Embora a percentagem de participação que o FROB irá alcançar no capital do BFA como resultado da mencionada troca dependa do resultado da avaliação do BFA que for feita, estima-se que, na conclusão deste processo, o FROB passará a deter uma participação maioritária no capital social do BFA.

A 23 de Maio de 2012 o BFA enviou duas comunicações tanto para o Banco da Espanha como para o FROB nas quais comunica que pretende solicitar uma injeção de capital do FROB no valor de 19.000 milhões de euros. A 24 de Maio de 2012, o Bankia recebeu a comunicação de ambas as Instituições, indicando a sua disponibilidade para prestar o referido apoio financeiro imediato, depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nos seus regulamentos.

Perspectivas de negócio

O cenário económico e financeiro para 2012 voltará a ser excepcionalmente complexo. Os rigorosos programas de austeridade e as tensões graves nos mercados de dívida soberana têm feito com que a Europa se distanciasse negativamente da tendência de crescimento global. Em especial, a economia espanhola e uma grande parte dos países da UEM entrarão em recessão. Por outro lado, embora a atitude mais proactiva do BCE tivesse conseguido estabilizar a crise soberana, a complexa situação na Grécia e, em menor escala, em Portugal, poderá gerar novos episódios de contágio na dívida espanhola. Neste contexto tão incerto, os mercados grossistas de financiamento irão manter uma baixa actividade e, por isso, as injeções de liquidez do BCE continuarão a ser fundamentais.

Por isso, o Grupo Bankia irá enfrentar em 2012 outro ano complicado marcado pela manutenção da debilidade da actividade nos mercados, uma elevada exigência regulamentar e um ambiente altamente competitivo. Neste contexto, o Bankia terá como prioridades:

- Esforço de capitalização para enfrentar o novo ambiente financeiro e regulamentar, cumprindo por isso os requisitos regulatórios que visam fortalecer o capital e o balanço, continuando com o esforço em dotações feito em 2011.
- Melhorar a eficiência do Grupo, tanto a curto como a médio prazo e fortalecer a posição de liquidez da entidade, aumentando a captação do passivo e continuando com a política de redução do deficit comercial.
- Gestão activa do incumprimento utilizando as melhores práticas de gestão do risco, que incluem actuações em todas as suas vertentes.

Bankia, S.A. e subsidiárias que compõem o Grupo Bankia
Balancos consolidados a 31 de Dezembro e a 1 de Janeiro de 2011

(em milhares de euros)

Activo	31/12/2011	01/01/2011*
Caixa e depósitos em bancos centrais	6.279.840	6.505.242
Carteira de negociação	29.082.670	16.501.752
Outros activos financeiros de valor razoável com câmbios em perdas e ganhos	76.643	94.771
Activos financeiros disponíveis para a venda	25.269.226	14.002.081
Investimentos de crédito	207.790.562	215.269.054
Depósitos em entidades de crédito	18.189.989	12.436.305
Crédito a clientes	184.093.819	193.756.373
Valores representativos da dívida	5.506.754	9.076.376
Carteira de investimentos com vencimento	10.893.609	9.086.944
Derivados de cobertura	5.266.487	3.617.690
Activos não correntes em venda	3.898.136	1.808.883
Participações	2.349.406	4.119.481
Contratos de seguros vinculados a pensões	226.947	230.775
Activos por resseguros	1.100	1.182
Activos materiais	3.349.554	4.334.056
Activo intangível	222.093	237.329
Activos fiscais	6.380.222	4.517.152
Restantes activos	1.759.664	2.826.312
Total do activo	302.846.159	283.152.704
Passivo e património líquido	31/12/2011	01/01/2011*
Passivo		
Carteira de negociação	26.878.859	13.904.489
Passivos financeiros com custos amortizados	257.951.009	250.314.921
Depósitos de bancos centrais e entidades de crédito	44.954.079	42.328.886
Depósitos de clientes	155.337.878	144.037.318
Débitos representados por valores negociáveis	55.714.147	62.103.784
Passivos subordinados	325.799	301.037
Outros passivos financeiros	1.619.106	1.543.896
Derivados de cobertura	2.025.156	651.067
Passivos associados a activos não correntes em venda	2.627	-
Passivos por contratos de seguros	355.928	357.959
Provisões	1.284.496	2.307.364
Passivos fiscais	1.170.718	970.151
Restantes passivos	684.290	942.432
Total do passivo	290.353.083	269.448.383
Património líquido		
Fundos próprios	13.068.328	12.976.205
Ajustes por valorização	(703.459)	-
Interesses minoritários	128.207	728.116
Total do património líquido	12.493.076	13.704.321
Total do património líquido e passivo	302.846.159	283.152.704
Pro-memória	31/12/2011	01/01/2011*
Riscos contingentes	10.373.376	12.054.945
Compromissos contingentes	31.779.847	37.663.541

* Apresentado única e exclusivamente para efeitos de comparação. Informação não auditada.

Bankia, S.A. e subsidiárias que compõem o Grupo Bankia
Conta de perdas e ganhos consolidada correspondente
ao exercício anual findo a 31 de Dezembro de 2011

(em milhares de euros)	2011
Juros e rendimentos assimilados	7.601.993
Juros e encargos assimilados	(4.965.188)
Receita de juros	2.636.805
Rendimento de instrumentos de capital	31.640
Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação	85.741
Comissões líquidas	1.061.266
Resultados de operações financeiras e diferenças de cambio (líquido)	384.344
Outros produtos e encargos de exploração	(101.101)
Margem bruta	4.098.695
Despesas com a administração	(2.141.922)
Amortização	(297.948)
Dotações de provisões (líquido)	(152.937)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	(3.373.369)
Resultado da actividade de exploração	(1.867.481)
Outros resultados líquidos	(2.439.337)
Resultado antes de impostos	(4.306.818)
Imposto sobre rendimentos	1.330.097
Resultado do ano proveniente de operações continuadas	(2.976.721)
Resultado de operações interrompidas	(86)
Resultado consolidado do ano	(2.976.807)
Resultado atribuído a interesses minoritários	1.866
Resultado atribuído à sociedade dominante	(2.978.673)

Relatório da auditoria das contas anuais consolidadas

Aos Accionistas do Bankia, S.A.:

1. Procedemos à auditoria das contas anuais consolidadas do Bankia, S.A. ("Bankia" ou o "Banco") e Subsidiárias que compõem o Grupo Bankia (o "Grupo" ou o "Grupo Bankia") que incluem o balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2011, a conta de perdas e ganhos, a declaração de receitas e despesas, a demonstração total das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o relatório, consolidados e correspondentes ao exercício findo na referida data. Os Administradores do Bankia são responsáveis pela formulação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com o quadro regulamentar aplicável aos relatórios financeiros (identificada na Nota 1 do relatório consolidado anexo) e, em particular com os princípios e com critérios contabilísticos nele contidos. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, com base no trabalho realizado de acordo com as regras que regem a actividade de auditoria vigentes em Espanha, que obrigam a uma análise, mediante a realização de provas selectivas, dos comprovativos que sustentam as demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação de que a sua apresentação, os princípios e critérios contabilísticos utilizados e as estimativas feitas, são consistentes com o quadro regulamentar da informação financeira que é aplicável.
2. Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas de 2011 anexas exprimem, em todos os aspectos significativos, de forma justa o património consolidado e a posição financeira consolidada do Bankia, S.A. e das Subsidiárias que compõem o Grupo Bankia a 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados correspondentes ao ano findo na referida data, em conformidade com o quadro regulamentar aplicável aos relatórios financeiros e, em particular, com os princípios e com os critérios contabilísticos incluídos neste documento.
3. Sem que tal afecte a nossa opinião, chamamos a atenção para o mencionado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, no qual se refere que, face à conjuntura económica e normativa, o contexto previsto de evolução do mercado e as circunstâncias decorrentes, procedeu-se a uma análise da razoabilidade das estimativas, da valorização e riscos associados aos activos e passivos do Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2011. Os Administradores consideraram que, dada a relevância dessas circunstâncias, de acordo com as normas vigentes, foi necessário formular, a 25 de Maio de 2012, novas demonstrações financeiras consolidadas que incluam os referidos factos. O nosso relatório de auditoria refere-se, por isso, às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo feitas em 25 de Maio de 2012.
4. Sem que tal afecte a nossa opinião, tal como indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, o Bankia está integrado no Grupo Banco Financiero y de Ahorros. Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco Financiero y de Ahorros, S.A. detinha uma participação de 52,41% do seu capital social. Por isso, para além das obrigações que o Bankia e o Grupo Bankia devem cumprir de forma independente, os requisitos de solvência e os montantes de capital regulamentar do Bankia devem ser considerados em conjunto com os do Grupo Banco Financiero y de Ahorros no qual está integrado.

Conforme indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, o conselho de administração do Banco Financiero y de Ahorros, S.A. ("BFA") aprovou por unanimidade na sua reunião realizada a 09 de Maio de 2012 dirigir-se ao Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria ("FROB"), através do Banco de España, solicitando a aplicação do processo de conversão a fim de que os 4.465 milhões de euros emitidos em acções preferenciais convertíveis pelo BFA e subscritas pelo FROB, sejam convertidas em Acções do BFA, a serem emitidas nos termos da deliberação de aumento de capital para atender à referida conversão e posteriormente a este pedido, a Comissão de Administração do FROB concordou, na sua reunião realizada a 14 de Maio de 2012, em aceitar este pedido, tendo sido iniciado o processo para fixação do preço a que será executada a conversão (ver Nota 1 do relatório anexo).

5. Sem que tal afecte a nossa opinião, chamamos a atenção, para o mencionado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, na qual está mencionado que a 04 de Fevereiro de 2012 foi publicado no B.O.E. o Real Decreto-Lei 2/2012 de 3 de Fevereiro, o saneamento do sector financeiro (o "Real Decreto-Lei 2/2012") que, entre outros aspectos, introduz medidas para o saneamento e os requisitos adicionais de capital associados aos riscos relacionados com a actividade imobiliária. Conforme indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, as estimativas dos seus Administradores, derivadas da análise realizada ao conteúdo do Real Decreto-Lei 2/2012 são de que, como resultado da sua aplicação no ano de 2012, o novo regime de estimativa e registo das perdas por deterioração associadas a todos os financiamento e activos atribuídos ou recebidos a título de liquidação de dívidas relacionadas com o sector imobiliário levará ao aumento bruto das perdas por deterioração verificadas sobre estes activos a serem debitadas na conta da demonstração dos resultados consolidados do Grupo para o ano de 2012 no montante de 4.157 milhões de euros e que irão reflectir-se no ano de 2012 como necessidades adicionais de capital regulamentar para o Grupo Bankia, decorrentes da nova exigência de capital adicional de máxima qualidade (capital principal), calculado sobre a mesma base de activos duvidosos ou de qualidade inferior ou atribuído como pagamento decorrente do financiamento de terrenos para promoção imobiliária no valor de 1.925 milhões de euros. O Real Decreto-Lei 2/2012 estabelece a necessidade das instituições para cumprirem estes novos requisitos de dotações relativamente às perdas por deterioração e as exigências de capital até 31 de Dezembro de 2012, excepto no caso das instituições de crédito que levam a cabo processos de integração durante o ano de 2012 que estão em conformidade com as disposições do artigo 2, que têm doze meses a partir da autorização da referida operação de integração para o seu cumprimento.

Além disso, o Real Decreto-Lei 2/2012 exigia que as entidades até 31 de Março de 2012 apresentassem ao Banco de España um plano detalhando as medidas que tencionam adoptar para o cumprimento e que, no caso de haver uma operação de integração das medidas abrangidas pelo Real Decreto-Lei 2/2012, esta fosse autorizada pelo Ministro da Economia e Competitividade no prazo de um mês a contar da data da sua apresentação e, em geral, ser apresentada à Secretaria-geral do Tesouro e Política Financeira antes de 31 de Maio de 2012 de modo a que, o Banco de España e a C.N.M.V., no âmbito das respectivas competências, publiquem o seu relatório sobre se a referida operação cumpre os requisitos estabelecidos pelo Real Decreto-Lei 2/2012. Conforme indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, o Banco Financiero y de Ahorros, S.A., principal accionista do Bankia (ver Nota 26 do relatório consolidado em anexo), apresentou o plano ao Banco de España com cumprimento do Real Decreto-Lei 2/2012 dos Grupos Banco Financiero y de Ahorros e Bankia no qual estavam contempladas as medidas a adoptar para o cumprimento dos requisitos inicialmente previstos pelo Grupo que, como indicado na Nota 1 acima do relatório consolidado anexo, foram modificados para atingir os números anteriormente indicados como resultado das alterações feitas no fecho e contabilidade final do Bankia e do Grupo Bankia para o ano de 2011. Este Plano foi aprovado pela Comissão Executiva do Banco de España a 17 de Abril de 2012, embora para este fim, o Banco de España tivesse referido a necessidade de cumprir determinadas condições adicionais às inicialmente previstas no Plano por parte de ambos os Grupos, para o qual exigiu aos seus administradores que elaborassem um "Plano de acções complementares" que deveria incluir as medidas a serem tomadas para a sua implementação e que deveria ser apresentado ao Banco de España antes de 31 de Maio de 2012.

Além disso, tal como indicado na Nota 4 do relatório consolidado anexo, durante o ano de 2011, a Autoridade Bancária Europeia ("EBA" European Banking Authority) anunciou novas exigências de capital para as entidades consideradas "sistémicas" e que envolvem a necessidade de atingir um rácio de Core-Tier 1 de 9%, superior ao exigido ao Grupo Banco Financiero y de Ahorros pela lei espanhola, existindo igualmente requisitos adicionais à mesma em relação à carteira de "risco soberano" mantidos pelas entidades. Em relação a estes requisitos, foi revelada a existência de um défice de capital de 1.329 milhões de euros, que deverá ser coberto pelo Grupo Banco Financiero y de Ahorros, no qual está integrado o Bankia como entidade dependente do mesmo, antes de 30 de Junho de 2012. Tal como indicado na referida nota, datada de 20 de Janeiro de 2012 o Grupo Banco Financiero y de Ahorros apresentou ao Banco de España o seu "Plano de Capitalização", que inclui as medidas que prevê adoptar para atingir os níveis de capital regulamentar exigidos pela E.B.A. antes da data anteriormente indicada.

Posteriormente, a 18 de Maio de 2012 foi publicado no B.O.E. o Real Decreto-Lei 18/2012 de 11 de Maio, relativamente ao saneamento e venda dos activos imobiliários no sector financeiro (o "Real Decreto-Lei 18/2012"), que estabelece, na mesma linha estipulada pelo Real Decreto-Lei 2/2012, os requisitos de cobertura adicionais aos fixados nesse decreto, devido à deterioração dos financiamentos vinculados à actividade imobiliária classificados em situação normal. Estas novas exigências são estabelecidas de forma semelhante à anterior, mas de uma só vez, de forma diferente em função dos vários

tipos de financiamentos. Além disso, a fim de isolar e de dar saída aos activos imobiliários no mercado, o Real Decreto-Lei 18/2012 estabelece as condições e os requisitos para a criação de sociedades de capital às quais as instituições de crédito devem fornecer todos os imóveis entregues ou recebidos como pagamento de dívidas relacionadas com os terrenos para a promoção imobiliária e com as construções ou promoções imobiliárias. Conforme indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, como resultado da aplicação do Real Decreto-Lei 18/2012 no ano de 2012, o Grupo Bankia estima que será necessário um pedido maior de saneamento para o Grupo no montante de 1.452 milhões de euros para cobrir o risco normal para 31 de Dezembro de 2011 correspondente ao financiamento concedido à promoção imobiliária em Espanha, para além das dotações suplementares como resultado da aplicação do Real Decreto-lei 2/2012 mencionadas nos parágrafos anteriores. Na data de emissão deste relatório de auditoria, está pendente a apresentação ao Banco de España do plano de conformidade exigido pelo Real Decreto-Lei 18/2012, que, em geral, deve ser apresentado antes de 11 de Junho de 2012.

Em relação ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Real Decreto-Lei 2/2012 e no Real Decreto-Lei 18/2012 e pela E.B.A. e no que diz respeito à apresentação, aprovação e cumprimento dos planos exigidos pelos mesmos e que estão mencionados nos parágrafos anteriores, é de lembrar que, à semelhança do que também é indicado na Nota 1 do relatório consolidado anexo, datado de 23 de Maio de 2012, o Banco Financiero e de Ahorros, S.A. enviou duas comunicações tanto para o Banco da Espanha como para o FROB nas quais comunica que pretende solicitar uma injeção de capital do FROB no valor de 19.000 milhões de euros. A 24 de Maio de 2012, o Banco Financiero y de Ahorros, S.A. recebeu a comunicação de ambas as instituições, indicando a sua disponibilidade para prestar o referido apoio financeiro imediato, depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nos seus regulamentos, entre os quais está incluída a apresentação ao Banco de España, para aprovação prévia do correspondente plano de recapitalização, em conformidade com as disposições do Real Decreto-Lei 9/2009 de 26 de Junho relativamente à reestruturação bancária e reforço dos fundos próprios das instituições de crédito.

6. O relatório de gestão consolidado anexo referente a 2011 inclui as explicações que os Administradores consideram relevantes para a situação do Grupo, a evolução dos seus negócios e outros assuntos e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificámos que a informação contabilística incluída no referido relatório de gestão consolidado é consistente com a informação das contas anuais consolidadas de 2011. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance previsto neste parágrafo e não inclui a revisão de outras informações para além das que constam dos registos contabilísticos do Grupo.

Deloitte, S.L.
Inscrita no R.O.A.C. nº S0692

(assinatura)

Francisco Celma
25 de Maio de 2012

INSTITUTO DE
CENSORES JURADOS
DE CUENTAS DE ESPAÑA

Membro em exercício:
DELOITTE, S.L.

Ano 2012 Nº **01/12/11366**
VALOR: 93,00 EUR

Este relatório está sujeito à taxa
aplicável estabelecida na
Lei 44/2002 de 22 de Novembro.